



HISTÓRIAS DE VELHOS BELORIZONTINOS VULNERÁVEIS AO CRÉDITO CONSIGNADO

MEMORIES OF OLD BELORIZONTINES VULNERABLE TO PAYLOAD CREDIT

Recebido em 02.07.2023 Aprovado em 19.01.2024

Avaliado pelo sistema double blind review

DOI: <https://doi.org/10.12712/rpca.v18i1.59065>

Edivane Reis Duarte Fonseca

edivane.cchc@gmail.com

Universidade Federal de Minas Gerais – Belo Horizonte/MG, Brasil

<https://orcid.org/0009-0004-7644-0077>

Gabriel Farias Alves Correia

correiagfa@gmail.com

Universidade Federal de Minas Gerais – Belo Horizonte/MG, Brasil

<https://orcid.org/0000-0002-8534-0543>

Marcos Paulo de Oliveira Corrêa

mpocorreia@gmail.com

Universidade Federal de Minas Gerais – Belo Horizonte/MG, Brasil

<https://orcid.org/0000-0002-7186-6624>

Alexandre de Pádua Carrieri

alexandre@face.ufmg.br

Universidade Federal de Minas Gerais – Belo Horizonte/MG, Brasil

<https://orcid.org/0000-0001-8552-8717>

Resumo

O objetivo deste artigo é analisar as histórias e memórias dos empréstimos consignados realizados por velhos em Belo Horizonte. Utilizamos das convergências entre as metodologias histórica e qualitativa e triangulamos 15 entrevistas narrativas semiestruturadas com a análise documental e anotações de caderno de campo. Partindo da Análise de Narrativa Temática, apresentamos os resultados. Destacamos que os participantes desvelam em suas memórias o funcionamento do sistema de dívida, sobrelevando a vulnerabilidade da população velha frente às estratégias das instituições financeiras. Contribuímos para o avanço de estudos de grupos sociais marginalizadas pelo *mainstream* acadêmico, ressaltando sujeitos por vezes não vistos e silenciados.

Palavras-chave: História. Memória. Velhos. Endividamento. Crédito Consignado.

Abstract

The purpose of this article is to analyze the stories and memories of payroll loans made by elderly people in Belo Horizonte. We used the convergences between historical and qualitative methodologies and triangulated 15 semi-structured narrative interviews with document analysis and field notebook notes. Starting from the Thematic Narrative Analysis, we present the results. We emphasize that the participants reveal in their memories the functioning of the debt system, highlighting the vulnerability of the elderly population in the face of the strategies of financial institutions. We contribute to the advancement of studies of social groups marginalized by the academic mainstream, highlighting subjects that are sometimes unseen and silenced.

Keywords: History. Memory. Old; Indebtedness. Payroll loans.

Introdução

Seguindo uma tendência global, o Brasil atualmente passa por uma transição demográfica, vivenciando o fenômeno do envelhecimento populacional, decorrente da acentuada queda da fecundidade e da redução da mortalidade infantil (IBGE, 2022). Esses dois fatores, associados aos progressos na área da saúde e higiene, contribuem para o aumento da expectativa de vida e consequente crescimento da população velha (Doll & Cavallazzi, 2016). De acordo com o Censo 2022 divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2023, o Brasil está diante de um acelerado processo de envelhecimento da população, com a menor taxa de crescimento populacional registrada em 150 anos, alcançando 0,52% ao ano. Com a tendência de estreitamento agudo do bônus demográfico, em que a população economicamente ativa supera a população de idosos e crianças, o IBGE projeta a prevalência do número de velhos, com idade igual ou superior a 60 anos, antes de 2030, contrariando as projeções realizadas em 2019 de que tal fenômeno ocorreria somente em 2040. Neste cenário, se torna cada vez mais importante a discussão que envolve esta temática, incluindo sobretudo, o olhar dos Estudos Organizacionais neste cenário (Passos et al., 2020).

Os idosos possuem direito à aposentadoria, assegurada pela Constituição Brasileira de 1988 (Brasil, 1988), que determina um valor nunca inferior a um salário-mínimo. Ainda que seja uma quantia limitada, ela representa uma fonte segura de renda, tanto para os idosos como para as famílias que deles dependem (Doll & Cavallazzi, 2016), tendo em vista que a aposentadoria foi incorporada na renda familiar para sustento de diversos dependentes (Chagas & Santana, 2018). Ocorre, assim, uma inversão de papéis sociais, uma vez que o idoso deixa de ser assistido para se tornar o provedor principal, e às vezes o único no núcleo familiar, passando a ser o responsável financeiro por filhos solteiros e casados, netos, genros e noras (Chagas & Santana, 2018; Almeida et al., 2021).

A partir da aposentadoria e da Lei 10.820/2003, os idosos passaram a ter acesso ao crédito consignado, permitido aos beneficiários do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), com a garantia aos bancos da parcela devida ser deduzida diretamente no seu benefício por um tempo dilatado. Perante essa lei, iniciou-se uma dicotomia na relação dos idosos com o acesso ao crédito: a inclusão deles no mercado consumidor e o endividamento excessivo. O consumo de crédito consignado, por parte desses indivíduos, passou a ser uma prática recorrente, devido a diversos fatores, como maciça publicidade e abordagem pessoal (Malucelli, 2008), facilidade de contratação do empréstimo (Sasse, 2013), prazos ampliados para pagamento da dívida e taxa de juros reduzida em comparação às outras modalidades de crédito (Chagas & Santana, 2018) e etc. Associado aos constantes refinanciamentos da dívida, envolvendo-a em um processo infinito, o sistema de consignação compromete a pouca renda disponível aos idosos.

O objetivo deste artigo é analisar as histórias e memórias dos empréstimos consignados realizados por velhos em Belo Horizonte. Destacamos que a temática da velhice tem sido constantemente trabalhada no âmbito da Administração, como nos estudos do marketing (Almeida et al., 2019; Araújo et al., 2020), com ênfase na *Consumer Culture Theory* (Almeida, 2020; Almeida & Pinto, 2020) e *Transformative Consumer Research* (Almeida et al., 2021), além do próprio olhar do marketing sobre o consumo de crédito pelos idosos (Tanan & Coelho, 2022); da gestão de pessoas (Cepellos et al., 2013; Aquino, 2018; Cepellos & Tonelli, 2017; Cepellos et al., 2020); das finanças (Buaues, 2015; Silveira & Doll, 2021). Entretanto, nosso trabalho se torna pertinente no campo ao contribuir para as discussões memorialísticas da população velha sobre o olhar dos Estudos Organizacionais.

Com este trabalho, contribuímos para as reflexões de Barreto e Carrieri (2018), sobre a necessidade de transpor o silenciamento da velhice na sociedade contemporânea, ampliando as visões sobre as diversas condições precárias a que estes sujeitos estão expostos. Por meio das memórias, assim como Callefi e Ichikawa (2019), sobrelevamos as experiências e os saberes sociais a partir do olhar de sujeitos que, até então, só possuem protagonismo nos estudos da gestão quando se referem ao seu potencial

mercadológico, conforme contribuição anterior de Barreto e Carrieri (2018). Autores como Passos et al. (2020) além de Callefí e Ichikawa (2021) também ressaltaram a importância da temática da velhice a partir do olhar alternativo ao *mainstream* dos Estudos Organizacionais, questionando um *modus operandi* que visa criar discursos prescritivos sobre a velhice.

Os estudos sobre as memórias encontram suporte em Bosi (1994/2014) e Neves e Ferreira (2013) quando as autoras sinalizam que elas estão sujeitas à dinâmica social do tempo em que são acionadas. Nesse sentido, discutir as memórias se desloca de um lugar de retenção e registro completo dos fatos para alcance do lugar de reconstrução das histórias passadas com os olhares e as conveniências do tempo presente. O que se lembra, neste sentido, é constantemente questionado, repensado, complementado e refeito. É por este dinamismo dos fatos sociais que nos interessamos neste trabalho, de tal modo que possamos contribuir para os estudos de gestão com a valorização da diversidade de mundos possíveis (Carrieri & Correia, 2020).

Para tanto, este trabalho foi dividido em seis tópicos, incluindo esta introdução, a saber: reflexões teóricas sobre a população velha, o acesso ao crédito e a violência financeira; e, logo em seguida, sobre as histórias e memórias. Apresentamos no tópico seguinte nossos procedimentos metodológicos e, logo após, apresentamos e analisamos os resultados. Por fim, realizamos nossas considerações finais.

A população velha, o acesso ao crédito e a violência financeira

O processo global de envelhecimento populacional, de modo aparente, rompeu com a histórica invisibilidade dos idosos pela sociedade denunciada por Beauvoir (1990). Na contemporaneidade, a conspiração do silêncio vai cedendo espaço a muito “barulho e ruído”, conforme relatado por Debert (2013), tendo em vista que o idoso se transformou em um ator político presente na vida econômica, cultural e política. É imprescindível, portanto, nos atentarmos aos pontos de referências que acarretam em tais sons e analisar o que eles representam para este estrato da população.

Há muitas situações vivenciadas pelos idosos que os tornam invisíveis na sociedade como, por exemplo no contexto de crédito fácil, a violência financeira perpetrada contra eles. Encontrar mecanismos capazes de garantir a proteção aos idosos se torna um desafio para juristas, estudiosos, entidades defensoras dos consumidores e legisladores (Sasse, 2013), visto que essa violência é praticada por diversos agentes: instituições financeiras (IFs), governos e a próprias famílias (Almeida et al., 2021).

A melhoria da qualidade de vida dos idosos transformou a visão de que a velhice deveria ser tratada como a etapa da vida caracterizada pela decadência física e pela ausência de papéis sociais (Debert, 2004). Entretanto, foi na etapa reconhecida por perdas e decadências que se conquistou o direito à aposentadoria, representando hoje uma segura fonte de renda para milhares de famílias brasileiras. Segundo a AEF-Brasil (2016), a aposentadoria representa a principal fonte de renda para 25% das famílias do país. Assim, o benefício da aposentadoria ou da pensão é utilizado para suprir as necessidades básicas das pessoas velhas e para arcar com as despesas daqueles que dependem deles, tais como filhos adultos, casados com filhos, residentes ou não na casa dos pais (Almeida & Pinto, 2020; Almeida et al., 2021).

A hipervulnerabilidade do consumidor idoso passa a ser negligenciada em nome da lucratividade esperada com a exploração de um valioso mercado em expansão, já explanado em Beauvoir (1990, p. 269): “hoje, os adultos interessam-se pelo velho de outra maneira: é um objeto de exploração”. Doll e Cavallazzi (2016) apontam quatro fatores de risco para a vulnerabilidade dos idosos brasileiros: analfabetismo e baixa escolaridade, o que dificulta o lidar com textos escritos, comprometendo o entendimento do contrato bancário e de crédito; situação econômica frágil, devido à baixa renda e aumento de gastos com medicamentos; a saúde, pois o envelhecer aumenta o risco de doenças, principalmente na velhice avançada; e, por fim, as mudanças do mundo contemporâneo, caracterizado pelo consumismo, precarização das relações e instabilidade. Esses fatores expõem a população velha às

práticas abusivas, de marketing agressivo e de crimes.

A condição dos idosos como recebedores de renda fixa e provedores familiares alterou a conjuntura histórica de invisibilidade para despontá-los como interessantes à economia. Tais circunstâncias se tornaram ideais à inclusão dos idosos na economia da dívida, apresentada por Lazzarato (2008), de modo que nem mesmo esse grupo hipervulnerável escapou das estratégias do capitalismo contemporâneo. Chagas e Santana (2018) complementam que a população velha é vista, no atual mundo consumerista, como uma enorme possibilidade de geração de lucros, por isso carecem da atenção dos órgãos estatais com uma regulação eficaz, mesmo em contexto de hipervulnerabilidade.

Os idosos estavam marginalizados no mercado de consumo de crédito (Malucelli, 2008), porque esse público encontrava dificuldades para obter crédito junto aos bancos (Doll & Cavallazzi, 2016). Por isso, o acesso ao crédito para este grupo da população está relacionado à entrada em vigor da Lei 10.820/2003, que permitiu a consignação nos benefícios previdenciários. Assim, o objetivo principal desta lei foi estimular o consumo por meio da inclusão de milhões de consumidores antes ignorados na economia brasileira (Catalan, 2013; Nerilo, 2017). A dita lei abriu um novo nicho de mercado para as IFs, devido a um público contratante totalmente diferente: aposentados e pensionistas do INSS – com características próprias e, assim, “merecedores” de um olhar obsequioso.

O crédito consignado entre os brasileiros se alastrou rapidamente como resultado de facilidades como juros reduzidos, prazos dilatados e facilidades na contratação. As condições em evidência não foram as únicas razões para o sucesso dessa linha de crédito, tendo adição de campanhas publicitárias incisivas, com tendência a destacar os aspectos positivos em detrimento a comunicar os riscos aos consumidores na contratação do crédito (Doll & Cavallazzi, 2016). O acesso facilitado ao crédito resultou em uma banalização das consequências negativas desse processo e em um deslocamento da função do crédito como um meio de acesso ao consumo para o próprio objeto do consumo em si (Almeida et al., 2021; Carvalho & Correia, 2023). Malucelli (2008) já ressaltava anteriormente que os idosos se tornaram uma cobiçada clientela para as IFs, uma vez que a operação do crédito consignado é muito segura em termos de garantia de recebimento das parcelas do empréstimo. Assim, uma combinação diversificada de estratégias foi empregada, como a publicidade padrão, com o intuito de induzir pessoas velhas a contratarem o empréstimo consignado; anúncios publicitários e abordagens diretas nas agências e o uso frequente do telemarketing, que oferta crédito consignado, refinanciamento da dívida e o recebimento de um “troco” (Marques et al., 2010; Catalan, 2013; Doll & Cavallazzi, 2016);

Os idosos são importunados de diversas formas, o que evidencia o desequilíbrio de poder entre o consumidor e o mercado (Almeida et al., 2021; Carvalho & Correia, 2023). Após a aceitação do crédito a distância, os idosos são orientados a comparecer à agência com a finalidade de formalizar o empréstimo. De acordo com o IDEC (2019), alguns idosos aceitam o consignado apenas para livrar-se das insistentes ligações telefônicas. Após a contratação do crédito, no entanto, inicia-se uma nova importunação: a da portabilidade – transferência do empréstimo para outra IF com encargos abusivos

Os atos de má-fé praticados por familiares ou IFs contra os idosos, com a intenção de beneficiar-se financeiramente deles, são considerados abusos financeiros e fraudes (Associação de Educação Financeira - Brasil, 2016). As formas de violência financeira apresentadas até o momento são explícitas. Mas existem casos em que elas são implícitas, e por isso, se torna mais difícil de serem percebidas, porque são perpetradas pelos próprios familiares, pelas IFs e acobertadas pela legitimidade (Almeida et al., 2021).

A desburocratização do crédito facilitou a violência financeira contra a população velha, podendo ocorrer desde a formação até a execução dos contratos (Miragem, 2014). Vítimas de abusos financeiros, muitas vezes, os idosos ocultam os fatos a amigos e familiares porque se sentem envergonhados pela sua ingenuidade perante a malícia dos correspondentes bancários e agentes financeiros. Também há o receio da perda da independência financeira. Em tais situações, as vítimas assumem a dívida e se

submetem ao que foi determinado pelas IFs (Miragem, 2014).

Estudos históricos e memorialísticos nos Estudos Organizacionais

As contribuições que abarcam as memórias nos auxiliam no deslocamento dos olhares para os fenômenos sociais sob uma lógica historicizante. Ainda que passados 20 anos desde a publicação dos estudos de Clark e Rowlinson (2004), autores como Booth e Rowlinson (2006), Maclean et al. (2016), Maclean et al. (2017), Tennent et al. (2020), Maclean et al. (2020a), Maclean et al. (2020b), Clegg et al. (2020), Reinecke et al. (2020), Coraiola et al. (2021) e Maclean et al. (2022) concordam que o potencial dos estudos históricos nos EOR ainda permanece incompleto. Para estes autores, as pesquisas sobre as histórias e memórias no campo das organizações se voltam para uma concepção tradicional, considerando-as estáticas e gerenciáveis, em um processo em que se pode manipular as memórias em torno da tomada de decisão e do desempenho dentro das organizações empresariais, reduzindo a pluralidade memorialística para o simples ato de reter, processar e buscar informações.

Ao nos dispormos a estudar as memórias no campo dos estudos organizacionais, recorreremos aos apontamentos de Wanderley e Barros (2018), Carrieri e Correia (2020) e Wanderley et al. (2021) de que os estudos que tratam das histórias precisam de uma “virada geográfica”, colocando na centralidade do processo de conhecimento o que é local, retirando de pauta a instituição de modelos dos fenômenos organizacionais oriundos dos ditos países centrais. Para tanto, os autores recomendam, dentre outros pontos, historicizar os fenômenos locais para além de procedimentos funcionais, destacando a reflexividade como contribuição deste movimento. Neste sentido, a diversificação do conhecimento histórico fomenta novas articulações (Coraiola et al., 2021; Maclean et al., 2020b; Üsdiken & Kipping, 2022) para, cada vez mais, incluir outros espaços de discussão, alcançando os objetos ainda pouco explorados com potencial de alterar a centralidade da gestão hegemônica. Acreditamos que os estudos das histórias e das memórias podem concretizar essa contribuição ao colocar na centralidade das investigações objetos que historicamente não têm sido considerados nos estudos de gestão.

Autores brasileiros buscam estudar a temática histórica a partir do âmbito local com destaque para autores como Carrieri et al. (2014), Barros e Carrieri (2015), Wanderley e Barros (2018), Carrieri e Correia (2020), Hodge e Costa (2020, 2021), Costa e Wanderley (2021). Coraiola et al. (2021), Wanderley et al. (2021), Martins e Correia (2023), Martins et al. (2023). Estes autores convergem para a necessidade de refletir sobre um conhecimento anglo e eurocentrado que se desenvolveu e se consolidou ao longo dos anos no Brasil. Neste movimento anteriormente naturalizado, teorias e modos de desenvolver o conhecimento administrativo no próprio país foram desconsiderados, de modo que as peculiaridades do contexto local permaneciam em segundo plano. Ao nos alinharmos com estes autores, estamos questionando a importação de teorias administrativas e chamando atenção para a necessidade de elaborarmos, enquanto sujeitos latino-americanos, nossas próprias histórias e memórias das gestões que, múltiplas, se desenvolvem no país muito antes da importação de modelos estrangeiros (Carrieri & Correia, 2020; Martins et al., 2023).

Considerar os estudos memorialísticos com diversas alteridades possibilita o distanciamento do estabelecimento das memórias como ferramentas, ou seja, como repositório de fatos, sofrendo assim, a interferência do tempo presente em que são evocadas (Joaquim & Carrieri, 2018; Maclean et al. 2022). Isto se torna importante por complementar o anteriormente trazido por Pollak (1989, 1992) de que as memórias apresentam pontos de compartilhamento dos significados neste mesmo tempo, apresentando pontos e quadros de referência.

Autores como Araújo e Santos (2007), Hodge e Costa (2021) e Costa e Wanderley (2021) colocam que as memórias são apenas uma dentre as várias formas possíveis de apresentação do tempo passado, que está envolto por conflitos, disputas, silenciamentos e sobreposições de sujeitos e grupos de maior poder. Longe de ser um fenômeno determinado, as memórias apresentam o passado distante de uma noção determinista e natural, sendo, de fato, reconstruído com intenções que atendam aos interesses do

sujeito que rememora no tempo presente. É por este motivo que as memórias nunca contarão sobre o todo e, mesmo que tente abarcá-lo, ele não será igual. As situações que são rememoradas, de acordo com contribuições anteriores de Neves e Ferreira (2013), sofrem interferências do tempo, das experiências de vida, do contexto da rememoração, dos grupos sociais etc. no momento de acionamento, o que permite que determinadas questões sejam lembradas, recontadas, refeitas, apresentadas de um modo díspar de uma lembrança do passado e que será diferente de uma futura.

Por fim, assim como em Certeau (1980/2012) e Martins et al. (2023), consideramos o fenômeno memorialístico como aquele envolto por diferentes táticas diante das estratégias dos sujeitos de maior poder. É diante do olhar do dominador que as brechas e fissuras dos sujeitos de menor poder na relação produzem seus próprios sentidos a partir das instabilidades do próprio sistema. É por meio da busca pelo micro, pelo inacabado, pelos fragmentos e pelas incoerências das correntes que se dizem totalizantes que podemos, neste trabalho, refletir sobre a diversidade dos modos de fazer, de pensar, de agir e de rememorar na sociedade, contribuindo para a discussão no âmbito dos Estudos Organizacionais.

Procedimentos metodológicos

A metodologia neste trabalho foi pensada a partir dos preceitos de Minayo (2009, p. 14), quando a autora diz que ela é “caminho do pensamento e a prática exercida na abordagem da realidade”; o que inclui, de forma simultânea, o método, as técnicas e a criatividade do pesquisador. Escolhemos as convergências das pesquisas qualitativa e histórica, conforme proposto por Yates (2013) pelo fato de desta permitir, de forma mais apurada, abranger uma diversidade significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, possibilitando nossa melhor compreensão das narrativas dos sujeitos idosos em Belo Horizonte

O *corpus* desta pesquisa foi desenvolvido por meio de dados oriundos de entrevistas narrativas semiestruturadas com 15 idosos residentes na cidade de Belo Horizonte/MG e que já tivessem recorrido à contratação do crédito consignado e/ou pessoal. A utilização desta técnica encontra embasamento em Feijó (2018) e Silva et al. (2021), possibilitando maior aprofundamento nos temas necessários a serem pesquisados, além de maior interação entre sujeitos pesquisadores e os participantes da pesquisa. Os dados foram triangulados com documentos, como os contratos, apresentados pelos participantes, além dos registros de nossos movimentos no caderno de campo.

Dentre o total de participantes, foram três homens e doze mulheres com idades entre 60 a 79 anos, sendo o estado civil: três divorciadas, cinco casados, um solteiro, duas solteiras e quatro viúvas. Em relação ao grau de escolaridade, três concluíram o ensino fundamental, seis concluíram o ensino médio e um possui ensino superior incompleto. Os demais cursaram entre a 3ª e 5ª série do ensino fundamental. Dos 15 participantes, onze moram sozinhos e não dependem da renda de filhos e parentes; os outros quatro moram com esposas e filhos, os quais colaboram com as despesas do lar.

A escolha dos participantes se deu por meio da técnica de “bola de neve” (*snowball sampling*), na qual um entrevistado indica o próximo participante da pesquisa a partir de características aproximadas no desenvolvimento da investigação (Gil, 2010). O campo de pesquisa se iniciou a partir de uma experiência da mãe de um dos pesquisadores desta pesquisa, relativo à contratação de empréstimos. A partir disso, outros participantes foram sendo indicados e permitiu que formássemos o grupo de participantes da pesquisa. Ademais, conforme proposta anterior de Pires (2008), as entrevistas foram realizadas até o momento que a interação dos pesquisadores com o campo não fornecia novos elementos para embasar o estudo.

As entrevistas, gravadas e transcritas na íntegra, tiveram duração média de 70 minutos, sendo todas as 15 realizadas de modo presencial. Com a intenção de alcançarmos maior rigor metodológico, solicitamos, com base nas diretrizes consolidadas de McLellan, Macqueen e Neidig (2002), que um

especialista externo comparasse as transcrições completas de cinco entrevistas escolhidas aleatoriamente. Do mesmo modo, solicitamos que esse especialista também repetisse o procedimento nos cinco minutos iniciais e finais, além dos minutos 23 e 62 (quando aplicável). Após a correção de eventuais erros gramaticais e de digitação, o conteúdo foi aceito para a etapa de análise de resultados.

Tendo em vista nossa escolha por trabalhar com as lembranças de sujeitos que vivenciaram e se recordam do fenômeno em questão, operacionalizamos as análises dos resultados com base nas diretrizes da Análise de Narrativa Temática, o que nos permitiu questionar “a intenção e a linguagem – como e por que os incidentes são narrados, e não simplesmente o conteúdo ao qual a linguagem se refere” (Riessman, 2008, p.11). De modo complementar, Zaccarelli e Godoi (2013), colocam que esta técnica de análise possibilita com que os pesquisadores analisem a forma com que a linguagem é utilizada para transmitir os significados, além do sequenciamento de eventos que é dado para determinada temática. Após isso, para operacionalização da etapa de armazenamento, categorização e codificação dos dados, contamos com o apoio do software Atlas.TI Cloud. No início da análise, chegamos a quatro categorias: (i) perfil dos participantes perante o crédito, (ii) oferta, (iii) motivos, (iv) evolução das dívidas. A partir de um processo inverso de categorização, 23 subcategorias foram criadas, as quais surgiram à medida que se codificam as unidades de registro. Abordamos uma subcategoria mais representativa de cada categoria para que pudéssemos analisar os dados deste artigo, a saber: (i) quantidade de empréstimos desde a primeira contratação; (ii) meio de abordagem para oferta do empréstimo; (iii) ajudar familiar ou conhecido e (iv) prazo do empréstimo.

Apresentação e análise dos resultados

Neste tópico, explicitamos os resultados encontrados a partir das memórias dos idosos bem como das discussões geradas à luz do referencial teórico, com especial destaque para as subcategorias mencionadas no item anterior. A fim de manter o sigilo da identificação dos participantes, os seus nomes foram substituídos por nomes fictícios.

Em um primeiro momento, cabe uma consideração sobre a categoria de perfil dos participantes. A maioria deles não chegou a concluir o ensino fundamental. Já de início, é possível confirmar o que foi teoricamente exposto por Doll e Cavallazzi (2016) quando os autores dizem que a baixa escolaridade é um fator de vulnerabilidade dos idosos brasileiros.

Quanto à subcategoria “quantidade de empréstimos desde a primeira contratação”, a maioria dos participantes não se recorda da quantidade exata que contratou, porém apontaram um número aproximado que variou entre quatro a sete contratações. Destacamos relatos que se valeram do uso dos pronomes indefinidos, como “alguns”, “outros” e “muitos”, para expressar o excessivo e desconhecido número de contratações realizadas:

[...] e por aí eu fiz alguns empréstimos, alguns eu já paguei, outros ainda tá pra terminar e é isso aí. [...] eu já paguei muito empréstimo. [...] Pra falar bem a verdade com você, eu não lembro não [quantos empréstimos foram contratados]. Ah, mas foi muitos (Antônia).

O esquecimento de Antônia destacado no trecho “eu não lembro”, reforça o argumento de Neves e Ferreira (2013) de que as lembranças são processos que permitem que acontecimentos passados sejam recordados, mas também esquecidos. Tal fato pode estar conectado com o número excessivo de contratos ativos recordados, indicando que novas contratações ocorreram a partir da liberação da margem consignável. Tal situação remete à Malucelli (2008) quando afirma que o limite máximo da margem de consignação é para ser observado, não fixado; todavia, como constatou Catalan (2013), verificamos, na análise de documentos apresentados pelos participantes, a aplicação do limite máximo na maioria dos contratos realizados. Deparamos, assim, com uma estratégia do capital que visa à perpetuação da dívida para manutenção da relação credor/devedor, a qual implica dominação política e

exploração econômica, tal como em Lazzarato (2017).

Ao pensarmos na categoria “oferta”, destacamos a subcategoria “meio de abordagem para oferta do empréstimo”, identificando como os idosos se recordam das abordagens realizadas pelas IF’s. Todos os participantes rememoram os incontáveis recebimentos de ligações telefônicas. O excesso delas surge nas narrativas de Antônia e Carlos:

Normalmente eles que ofertam [o empréstimo consignado] o tempo todo, isso é uma perturbação. Eles ligam o tempo todo [...]. Tem uma menina que sempre me atendeu, ela me liga oferecendo o empréstimo, se for necessário, acabo fazendo o empréstimo, mas além de outras empresas que eu não tenho interesse, eu até dou atenção, né, e muitas vezes eu desligo imediato, eu não... falo que não tenho interesse e desligo imediato, porque o aborrecimento é muito (Carlos).

Lembro que tinha uma menina que ligava pra mim [para ofertar empréstimo consignado], mas vai indo, você fica cheia de tanto que elas ligam (Antônia).

Nas memórias de Carlos o trecho “o tempo todo”, e a fala de Antônia: “Lembro que tinha uma menina que ligava” denunciam a importunação das IF’s quanto ao excesso de ligações telefônicas. Os participantes rememoram que este jeito inconveniente de ofertar o empréstimo rouba-lhes o sossego e resulta em irritação: “é uma perturbação”, “você fica cheia de tanto que elas ligam.”. Tais trechos confirmam o alerta do IDEC (2019) de que as ligações telefônicas podem induzir os idosos a uma contratação não planejada, às vezes, até para se livrarem dos contatos insistentes. A subcategoria “ajudar familiar ou conhecido” pertence à categoria “Motivos” criada para abarcar as memórias relativas à explicação dos participantes sobre o porquê de contrataram empréstimos:

Eu já peguei empréstimo até pra inquilino. [...] quase que eu matava ele [o inquilino]. [Risos] [...] Eu emprestei para a minha sobrinha... os dois dela, os três dela (Antônia).

Já peguei sim. Peguei para uma amiga minha, porque ela tava precisando (Márcia).

Tá no meu nome, mas eu fiz pra atender uma necessidade do meu irmão (Eduarda).

Pra filho já peguei, sim. [...] Somente pro meu filho e pra minha esposa, é um negócio entre família mesmo (Carlos).

E a segunda vez foi pro meu filho, ele tava precisando, né? Ele pediu pra eu fazer pra ele [o empréstimo], que ele tava com uns problemas (Patrícia).

Quando foi uma vez, minha filha precisou. Até porque a firma dela estava quase quebrando, aí ela perguntou se eu podia pegar, eu peguei [...]. Aproveitei que eu tinha [acesso ao crédito] (Juliana).

A ajuda ao familiar ou um conhecido foram lembradas a partir da contração de empréstimo para estas pessoas no nome dos participantes. Com exceção de Antônia e Márcia, que se recordam de atenderem necessidades de pessoas externas, todos os outros afirmam que já realizaram empréstimos em seus nomes para familiares. O risco disso converge com as constatações de Doll e Cavallazzi (2016) quando colocam que frente às IF’s, a responsabilidade da dívida recai apenas sobre a pessoa velha.

Tá passando, atrasa aí um dia, dois dias, três, uma semana. De vez em quando, eu tenho que dar uma: cadê o dinheiro? Mas tá pagando, né? (Eduarda).

[Minha sobrinha] pagou. [...] É, assim, dava uma vacilada assim igual esse menino deu [o inquilino], mas sempre pagou (Antônia).

Eu fico preocupada com negócio, negócio da minha amiga. Ah tá, às vezes, ela me enrola muito assim durante o mês. Aí igual foi anteontem eu liguei, mandei mensagem pro [marido da amiga] perguntando. Aí ele disse: “Ah, Márcia só mês que vem, lá pro dia 4, 5 de abril, eu tô sem dinheiro até esse dia. Não sei que dia vou receber” [...].

Ainda fala: “não, Márcia, pode deixar que nós vamos pagar todo dia 25”. Ham... ham [desconfiada]. Você vai pagar.... porque eles não pagaram ainda não. Todo mês eles atrasam (Márcia).

Mediante as memórias destacadas acima, as participantes confirmaram receber das pessoas envolvidas o valor das parcelas. Entretanto, o repasse nem sempre ocorre no dia combinado, conforme expressões: “de vez em quando, eu tenho que dá uma: cadê o dinheiro?” (Eduarda) e “todo mês eles atrasam” (Márcia). Ao realizarmos as perguntas relacionadas a esta questão, anotamos em nosso caderno de campo uma inquietação sobre a temática. Tal fator, angustiante também para nós pesquisadores, se dá pelo fato de que os atrasos se opõem ao desconto direto e automático no benefício do idoso pelo INSS, independentemente de qualquer contexto. A aflição dos idosos decorre, assim, da necessidade de cumprir com suas obrigações financeiras.

Na última categoria “evolução” destacamos a subcategoria “prazo do empréstimo” e buscamos identificar nas narrativas dos participantes em quantas prestações os valores dos empréstimos foram divididos. Embora não exista prazo mínimo para contratos de empréstimos consignados, geralmente, eles possuem prazos longos. Ao contratar o empréstimo com duração menor do que um ano, o participante Pedro apresentou um comportamento diferenciado e responsável perante o consumo de crédito: contratou um prazo adequado a sua necessidade: “dez vezes”, mesmo ciente de que poderia obter um prazo maior, conforme declaração: “mas eu sei que se a gente quiser, consegue”. O crédito é considerado benéfico quando funciona como elemento capaz de promover a independência na obtenção de bens e de serviços (Almeida & Pinto, 2020; Almeida et al., 2021), assertiva ratificada pela conduta da participante.

Eu peguei 72 prestações. [...] Aí eles me ligaram outro dia: “você sabe que pode renegociar a dívida”, eu falei: mas aí eu volto a ficar devendo as mesmas 72? “Sim”. Eu falei: não, então não me interessa. [Sobre o prazo muito longo] eu acho um absurdo. [...] Acho um absurdo (Pedro).

Com exceção de Pedro, todos os demais participantes se recordam de acordar prazos dilatados. De acordo com o IDEC (2019), o comprometimento de importante parcela da renda, durante um longo período, reflete no fato do valor da dívida contraída ultrapassar a capacidade de pagamento, além de oportunizar o descontrole financeiro e a inadimplência em outras operações de crédito mais caras, como o cartão de crédito e o cheque especial. Em nossas anotações, a participante Eduarda em conversa informal anterior a gravação se recorda de aceitar a oferta de portabilidade, diante da promessa de um valor menor na parcela decorrente da redução da taxa de juros, porém esclareceu que não havia interesse em receber “troco” e refinanciar a dívida. A nova IF efetivou, no entanto, a portabilidade com juros divergentes do combinado e ainda efetuou o refinanciamento, “sem a minha permissão”, ela relembra. Como consequência, o empréstimo que tinha metade das parcelas quitadas, foi estendido novamente para 71 parcelas. Desde o momento em que ela descobriu a fraude, ela afirma estar buscando o cancelamento do contrato por vias administrativas, sem sucesso, restando-lhe a esperança de uma sentença favorável na justiça. Enquanto isso, permanecem os descontos das parcelas diretamente no seu benefício. Nerilo (2017) explica que cada caso tem sido tratado como único nos tribunais, de forma que nem sempre as IFs são condenadas, o que acaba estimulando os atos ilícitos praticados contra os idosos.

Em suas narrativas, os participantes afirmam que é recorrente o oferecimento das IFs de prazos mais longos. Interpretamos que esta estratégia de oferecer prazos prolongados e estendê-los ao máximo por meio da portabilidade e do refinanciamento é uma tentativa de manter a relação credor/devedor. Ao discorrer sobre o prazo prolongado dos empréstimos consignados, Carlos afirma: “o prazo é muito longo”, a par da recente ampliação do prazo limite pelo governo de 72 para 84 parcelas, conforme o IN nº 106/2020.

Considerações finais

A partir do objetivo de analisar as histórias e memórias dos empréstimos consignados realizados por velhos em Belo Horizonte, desenvolvemos o estudo sobre os sujeitos devedores, o que possibilitou avançarmos na reflexão sobre um público que é marginalizado tanto na sociedade quanto nos estudos sobre gestão, quando são estudados pela lógica do *mainstream* de produtividade e financeirização. Por outro lado, este estudo contribuiu para um movimento na academia, sobretudo dos estudos críticos, de darmos nossos ouvidos às vozes constantemente silenciadas, auxiliando no protagonismo de memórias que são relegadas a segundo plano.

Para nos auxiliar nesse processo, trouxemos as contribuições teóricas que dissertam sobre a população velha, reforçando de forma crítica sobre a facilidade de acesso ao crédito e a posterior violência financeira exercida pelas instituições financeiras, destacando sobretudo Doll e Cavallazzi (2016) quando os autores relatam os fatores de risco da vulnerabilidade dos idosos brasileiros. Constatamos neste estudo que dentre os fatores elencados pelos autores, a baixa escolaridade e as mudanças do mundo contemporâneo expõem a população velha às armadilhas financeiras. Após isso, discorreremos brevemente sobre as contribuições relativas às memórias, destacando Neves e Ferreira (2013) quando as autoras nos dizem que as memórias são mutáveis e atendem aos interesses do tempo em que elas são evocadas, sendo assim dinâmicas e fluídas.

Nossa pesquisa, que abarcou as convergências entre as metodologias histórica e qualitativa optou por trabalhar com entrevistas narrativas semiestruturadas trianguladas com as análises de documentos e anotações do caderno de campo, alcançando quatro categorias: perfil dos participantes perante o crédito, oferta, motivos e evolução das dívidas e, dentro destas, alcançamos subcategorias que, para fins deste artigo, escolhemos quatro mais representativas (uma de cada categoria) que nos possibilitasse alcançar o objetivo do trabalho.

Diante do contexto, consideramos, a partir das narrativas dos participantes, que os idosos são inseridos em um sistema de dívida infinita quando assinam o contrato de empréstimo consignado. Em suma, esse sistema visa à perpetuação da relação credor/devedor a fim de manter vivo o capital, conforme apresentado por Lazzarato (2017). Ao mesmo tempo, isto ocorre a partir de um despreparo para lidar com um mercado complexo e dinâmico como o financeiro, ao mesmo tempo que as IFs se aproveitam para aumentar os lucros a partir da efetivação de contratos de empréstimos.

Para uma sociedade, cuja doutrina capitalista já foi incutida nos indivíduos, é instintivo atribuir aos idosos a responsabilidade pelo endividamento excessivo, como se tratassem de pessoas inconsequentes e descontroladas. Todavia, não seria mais coerente responsabilizar as IFs, as quais – movidas pela ganância do lucro – desconsideram a hipervulnerabilidade de consumidores idosos e permitem a efetivação de inumeráveis contratos simultâneos, sem avaliar a capacidade de pagamento? E o que dizer do governo que estimula o crédito consignado, a fim de promover o crescimento da economia, mas sem oferecer uma regulação adequada a este mercado?

Há uma oferta abusiva que conduz os idosos a contratações precipitadas e ao endividamento excessivo, porque as pessoas velhas são importunadas para contratação do crédito em vários locais e de diversas maneiras. Ao mesmo tempo, surgem os motivos de contratação dos empréstimos, sendo destacado neste trabalho o mais frequente a contratação do crédito em seu nome, mas em favor de terceiros. Movidos pelo desejo de ajudar ou por medo de perder o afeto de pessoas queridas, os idosos se sentem coagidos a atender ao pedido, mesmo quando evitam para si o envolvimento com empréstimos. Refletimos que tal fato que aparece nas narrativas ocorre de modo angustiante, sobretudo em relação ao do valor da prestação, que nem sempre ocorre na data combinada.

Percebemos um cuidado dos idosos em preservar a imagem das pessoas para as quais o empréstimo foi contratado, mesmo quando elas atrasam o repasse das prestações. Não há reciprocidade em relação a

esse sentimento, uma vez que, no contexto em que os idosos passam de assistidos a provedores, ainda prevalece a cultura equivocada de que eles não possuem necessidades e desejos, por isso sua renda deve servir aos interesses de outrem.

Nas narrativas, incidem relatos do emprego de várias estratégias pelas IFs com vistas ao êxito do sistema de dívida infinita: oferecimento de prazos longos na concessão do empréstimo consignado; incutação aos idosos da responsabilidade pela dívida para que sejam honradas; criação de mecanismos que impeçam a inadimplência, tendo o dever de pagar como única alternativa, mesmo quando o empréstimo é uma fraude; oferta da portabilidade, de forma insistente e mediante propostas infundadas, para impor o refinanciamento e, assim eternizar a dívida; oferecimento o empréstimo pessoal para quem não possui limite de margem consignável ou não possui acesso ao crédito consignado, a fim de criar uma dependência do crédito.

Depreende-se a importância de manter o acesso ao crédito, ao mesmo tempo em há necessidade de regulamentação da oferta com ética e lisura, a fim do produto ser contratado com responsabilidade. Para tanto, é imprescindível romper o conluio do silêncio e denunciar as práticas abusivas às pessoas de confiança dos idosos, aos órgãos de defesa do consumidor e à justiça. Enquanto a exploração de idosos for silenciada, representará um negócio lucrativo às IFs. O combate aos abusos e às fraudes na oferta e na efetivação de empréstimos aos idosos é um processo complexo na gestão sobre a velhice. Logo, demanda o envolvimento de vários atores, como os próprios idosos, suas famílias, a sociedade, as instituições privadas e os órgãos governamentais.

Nosso trabalho contribui teoricamente para o avanço de estudos de grupos sociais marginalizadas pelo *mainstream* acadêmico, ressaltando sujeitos por vezes não vistos e silenciados em áreas do conhecimento que tradicionalmente se dedicam a estudar as grandes memórias, as grandes narrativas, os sujeitos de maior poder e, sobretudo o magnífico impetrado nas grandes histórias. Ao mesmo tempo que contrapomos a lógica do *mainstream*, esperamos neste trabalho fomentar a diversidade do fazer social com suas diversas possibilidades de reescrever, reinterpretar e reposicionar memórias que, em um primeiro momento, são tidos como de menor valor no contexto organizacional. Ao rejeitarmos histórias universais, estamos propondo um movimento que de certa forma é político e transformador, agindo a partir das fissuras da própria Administração. Por fim, sugerimos que trabalhos futuros possam investigar os níveis de endividamento dos velhos no uso simultâneo de cartão de crédito e/ou cheque especial, além da contratação de empréstimos consignados. Sugerimos também investigações sobre a eficiência dos canais de acolhimento de velhos superendividados e o impacto do tempo de espera para solução de conflitos nas esferas administrativa e judicial. No contexto histórico e memorialístico, sugerimos trabalhos que possam se dedicar na compreensão das memórias de sujeitas velhas em relação aos empréstimos consignados, ampliando as visões a partir de um recorte de gênero que este trabalho não abarcou. Ao mesmo tempo, a valorização do sujeito velho poderá se dar também a partir de estudo de suas memórias nos mais diferentes contextos sociais e organizacionais.

Referências

- Almeida, G. T., Ássimos, B. M., Batinga, G. L. & Rezende Pinto, M. (2020). Idosos de baixa renda e o consumo de crédito: uma análise sobre as riquezas dessa relação. *Sociedade, Contabilidade e Gestão* 15(1), 61-79.
- Almeida, G. T., Ássimos, B. M., Batinga, G. L. & Rezende Pinto, M. (2021). Idosos de baixa renda, violência financeira e crédito: o olhar da transformative consumer research. *Gestão e Conexões*, 10(1), 102-120.
- Almeida, G.T. & Rezende Pinto, M. (2020). Ampliando as fronteiras da Consumer Culture Theory: articulando o consumo de crédito e a violência financeira. *Capital Científico*, 18(3), 117-134.
- Almeida, G.T., Fagundes, V. J. S., Silva, S. S. & Andrade, L. F. S. (2019). A organização do consumo de crédito à luz do marketing: um estudo com o segmento idoso de baixa renda. *Revista ADM.MADE*,

23(1), 38-56.

Aquino, F. A. Z. (2018). *Longevidade e gestão de pessoas: as relações de trabalho nas organizações*. (Dissertação de Mestrado). Universidade de Taubaté, Taubaté, SP, Brasil.

Araújo, M. P. N. & Santos, M. S. (2007). História, memória e esquecimento: implicações políticas. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n. 79, p. 95-111.

Araújo, R. A., Medeiros, A. P. O., & Romero, C. B. A. (2020). Atitude e comportamentos sustentáveis de consumidores da terceira idade. *Revista Administração em Diálogo*, 22(1), 1-18.

Associação de Educação Financeira. (2016). *Eu e minha aposentadoria: organizando a vida financeira*. Brasília: Ministério da Educação.

Barreto, R. O. & Carrieri, A. P. (2018). “Copacabana” e “E se vivêssemos todos juntos?”: um ensaio sobre as contribuições do cinema acerca da velhice na contemporaneidade. *Farol – Revista de Estudos Organizacionais e Sociedade*, 5(14), 1218-1264.

Barros, A. & Carrieri, A. P. (2015). O cotidiano e a história: construindo novos olhares na administração. *Revista de Administração de Empresas*, 55(2), 151-161.

Beauvoir, S. (1990). *A velhice*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.

Bosi, E. (1994) *Memória e Sociedade: lembranças de velhos* (3ª ed., 2015). São Paulo: Companhia das Letras

Booth, C. & Rowlinson, M. (2006). Management and organizational history: prospects. *Management and Organizational History*, 1(1), 5-30.

Brasil. (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília, Brasil.

Buaues, C. S. (2015). Educação financeira com idosos em um contexto popular. *Educação & Realidade*, 40(1), 105-127.

Callefi, J. S. & Ichikawa, E. Y. (2019). A memória na história oral de vida dos idosos. *Revista Interdisciplinar de Gestão Social*, 8(1), 85-99.

Callefi, J. S. & Ichikawa, E. Y. (2021) O cotidiano e a territorialização dos idosos em um asilo do Norte do Paraná, *Revista Eletrônica de Ciência Administrativa*, 20(2), 350-371.

Carrieri, A. P. & Correia, G. F. A. (2020). Estudos Organizacionais no Brasil: construindo acesso ou replicando exclusão? *Revista de Administração de Empresas*, 60(1), 59-63.

Carrieri, A. P., Perdigão, D. A. & Aguiar, A. R. C. (2014). A gestão ordinária dos pequenos negócios: outro olhar sobre a gestão em estudos organizacionais. *Revista de Administração*, 46(4), 698-713.

Carvalho, R. V. C. S. & Correia, G. F. A. (2023). Seres em trânsito: cidadania, turismo e renda em uma perspectiva organizacional crítica. In: Raquel Scalco et al. (orgs). *Perspectivas Interdisciplinares em Turismo: debates na UFVJM*. Diamantina: UFVJM.

Catalan, M. (2013). O crédito consignado no Brasil: decifra-me ou te devoro. *Revista de Direito do Consumidor*, 22(87), 125–149.

Cepellos, V. & Tonelli, M. J. (2017). Envelhecimento profissional: percepções e práticas de gestão da idade. *Revista Alcance*, 24(1), 4-21.

Cepellos, V., Silva, G. T. & Tonelli, M. J. (2019). Envelhecimento: múltiplas idades na construção da idade profissional. *Organizações & Sociedade*, 26(89), 269-290.

Cepellos, V., Tonelli, M., Aranha, F. & Pereira Filho, J. L. (2013). Envelhecimento nas organizações: preconceito ou tendência. *GV Executivo*, 12(2), p. 24-27.

Certeau, M. (1980). *A invenção do cotidiano 1: artes de fazer* (18ª ed, 2012). Petrópolis: Editora Vozes.

Chagas, R. L. S. & Santana, H. V. (2018). Crédito consignado e o superendividamento do consumidor idoso. *Revista Jurídica ESMP-SP*, 107(16), 212–231.

Clark, P & Rowlinson, M. (2004). The treatment of history in organization studies: towards an ‘historic turn’? *Business History*, 46(3), 331-352.

- Clegg, S., Suddaby, R., Harvey, C., Harvey, C. & Maclean. (2020). At the intersection of theory and history: a research agenda for historical organization studies. In: Maclean, M.; Harvey, C.; Suddaby, R. & Clegg, S. *Historical Organization Studies: theory and applications*. London and New York: Taylor & Francis Group.
- Coraiola, D. M., Barros, A., Maclean, M. & Foster, W. M. (2021). História, memória e passado em estudos organizacionais e de gestão. *Revista de Administração de Empresas*, 61(1), 1-9.
- Costa, A. S. M. & Wanderley, S. (2021). Passado, presente e futuro da história (crítica) das organizações no Brasil. *Revista de Administração de Empresas*, 61(1), 1-8.
- Debert, G. G. (2004). *A reinvenção da velhice: socialização e processos de reprivatização do envelhecimento*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo.
- Debert, G. G. (2013). *A invenção da terceira idade*. São Paulo: Instituto CPFL.
- Doll, J. & Cavallazzi, R. L. (2016). Crédito consignado e o superendividamento dos idosos. *Revista de Direito do Consumidor*, 107, 309-341.
- Feijó, G. V. (2018). Metodologias de estudos da narrativa e do discurso na interpretação de fontes orais de história. *Revista Pesquisa Qualitativa*, 6(10), 1-26.
- Gil, A. C. (2010). Como elaborar projetos de pesquisa. 5 ed. São Paulo: Atlas.
- Hodge, P. A & Costa, A. S. M. (2020). Do particular para o geral: memória, história oral e estudos organizacionais. *Revista Eletrônica de Ciência Administrativa*, 19(3), 303-336.
- Hodge, P. A & Costa, A. S. M. (2021). História oral e pesquisa organizacional: desafios da construção de conhecimento sobre o passado. *Organizações & Sociedade*, 28(99), 721-756.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2023). *Censo Brasileiro de 2022*. Rio de Janeiro: IBGE.
- IDEC - Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor. (2019). *Empréstimo consignado: vazamento de dados e práticas abusivas*. São Paulo: IBDC.
- IDEC - Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor. Coletivo Bodoque de Cinema. (2018). *No caminho do superendividamento*. São Paulo, SP.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2023). *Projeções da população*. Brasil: IBGE.
- Joaquim, N. F. & Carrieri, A. P. (2018). Construção e desenvolvimento de um projeto de história oral em estudos sobre gestão. *Organizações & Sociedade*, 25(85), 303-319.
- Lazzarato, M. (2008). Sobre a crise: finanças e direitos sociais (ou de propriedade!). *Lugar Comum – Estudos de Mídia, Cultura e Democracia*, 27, 83–90.
- Lazzarato, M. (2017). *O governo do homem endividado*. São Paulo: N-1 Edições.
- Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003*. (2003) Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências. Brasília, Brasil.
- Lei nº 10.820, de 17 de dezembro de 2003*. (2003). Dispõe sobre a autorização para desconto de prestações em folha de pagamento e dá outras providências. Brasília, Brasil.
- Malucelli, A. P. (2008). *Crédito consignado: função social e superendividamento*. (Dissertação de mestrado). Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Curitiba, PR
- Marques, C. L., Lima, C. C. & Bertonecello, K. (2010). *Prevenção e tratamento do superendividamento*. Brasília: Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor.
- Martins, P. G. & Correia, G. F. A. (2023). Histórias, memórias e saberes populares: reflexões e aproximações com a gestão ordinária. In: Saraiva, L. A. & Carrieri, A. P. (Orgs.). *Estudos Organizacionais e Sociedade*. Porto Alegre: Fi.
- Martins, P. G., Corrêa, M. & Carrieri, A. (2023). For a Minor Administration: The Case of the Bailinho da Tia Naná. *Organizações & Sociedade*, 30(105), 329–359.
- Maclean, M., Harvey, C. & Clegg, S. (2016). Conceptualizing historical Organization Studies. *Academy of*

- Management Review*, 41(4), 609-632.
- Maclean, M., Harvey, C. & Clegg, S. (2017). Organization theory in business and management history: Current status and future prospects. *Business History Review*, 91(3), 457-481.
- Maclean, M., Shaw, G., Harvey, C. & Booth, A. (2020a). Management learning in historical perspective: Rediscovering Rowntree and the British interwar management movement. *Academy of Management Learning & Education*, 19(1), 1-20.
- Maclean, M., Harvey, C., Suddaby, R. & Clegg. (2020b). *Historical Organization Studies: theory and applications*. London and New York: Taylor & Francis Group.
- Maclean, M., Shaw, G., Harvey, C. & Stringer, G. (2022). Methodological Openness in Business History Research: Looking Afresh at the British Interwar Management Movement. *Business History Review*, 96(4), 805-832.
- Mcllellan, E., Macqueen, K. M., & Neidig, J. L. (2002). Beyond the qualitative interview: data preparation and transcription field methods. *Field Methods*, 15(1), 63-84
- Minayo, M. C. S. (2009). O desafio da pesquisa social. In: Deslandes, R. G. F. & Minayo, M. C. S. *Pesquisa Social*. 28. ed. Petrópolis: Vozes.
- Miragem, B. (2014). *Curso de direito do consumidor* (5ª ed.). São Paulo: Revista dos Tribunais.
- Nerilo, L. F. L. (2017). As fraudes e abusividades contra o consumidor idoso nos empréstimos consignados e as medidas de proteção que devem ser adotadas para coibi-las. *Revista de Direito do Consumidor*, 109, 397-421.
- Neves, L.; Ferreira. (2013). História do tempo presente e ensino de história. *Revista História Hoje*, 2(4), 19-34.
- Passos, L. C., Barreto, R. O. & Carrieri, A. P. (2020). “Acrescentar Anos a Vida e Vida aos Anos Vividos”: Um olhar foucaultiano sobre a gestão da velhice no programa Mais Vida, em Minas Gerais. *Administração Pública e Gestão Social*, 12(1), 1-18.
- Pires, Álvaro. (2008). Amostragem e pesquisa qualitativa: ensaio teórico e metodológico. In: Poupart, Jean et al. (org.) *A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos*. Petrópolis: Vozes.
- Pollak, M. (1992). Memória e Identidade Social. *Estudos Históricos*, 5(10), 200-212.
- Pollak, M. (1989). Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*, 2(3), 3-15.
- Reinecke, J., Suddaby, R., Langley, A. & Tsoukas, H. (2020). Time, Temporality, and History in Process Organization Studies. In: Reinecke, J., Suddaby, R., Langley, A. & Tsoukas, H. *Time, Temporality, and History in Process Organization Studies*. New York: Oxford University Press.
- Riessman, C. K. *Narrative methods for the Human Sciences*. London: Sage, 2008.
- Sasse, C. (2013). As armadilhas do crédito consignado. *Jornal do Senado*, 443, 1-7.
- Silva, C. R. M., Gonzales, K. G. & Nakamura, M. (2021). Três olhares sobre a análise de narrativas na pesquisa em educação matemática. *Ensino em Revista*, 28, 1-24.
- Silveira, M. M. & Doll, J. (2021). Qualidade de vida e significado do dinheiro para idosos em situação de endividamento. *Revista Valore*, 6, 4-18, 2021.
- Tanan, K. V. D., & Coelho, P. (2022). A vulnerabilidade e a resiliência do idoso no consumo de crédito. *Revista Interdisciplinar de Marketing*, 12(1), 69-85.
- Tennent, K. D., Gillett, A. G. & Foster, W. M. (2020). Developing historical consciousness in management learners. *Management Learning*, 51(1), 73-88.
- Üsdiken, B. & Kipping, M. (2022). Objective: Finding History in Management Research. In: Üsdiken, B. & Kipping, M. *History in Management and Organization Studies: from margin to mainstream*. Londo and New York: Taylor & Francis Group.
- Wanderley, S. & Barros, A. (2018). Decoloniality, geopolitics of knowledge and historic turn: towards a Latin American agenda. *Management & Organizational History*, 13, 1-19.

Wanderley, S., Alcadipani, R. & Barros, A. (2021). Recentring the Global South in the Making of Business School Histories: Dependency Ambiguity in Action. *Academy of Management Learning & Education*, 20, 361-381.

Yates, J. (2013). Understanding historical methods in organization studies. In: Bucheli, M. & Wadhvani, D. R. (orgs). *Organizations in Time: history, theory, methods*. Oxford, UK: Oxford University Press.

Zaccarelli, L. M. & Godoy, A. S. (2013). “Deixa eu te contar uma coisa...”: Possibilidades do uso de narrativas e sua análise nas pesquisas em organizações. *Revista de Gestão Organizacional*, 6.

Os autores agradecem à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais, à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior e ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico pelo financiamento que possibilitou a realização da pesquisa.